FONTE : O Liberal - PA

CLASS. : 04

DATA : 18.09.83

Lucio Flavio Pinto

Uma política para o ouro

O Pará já é - e o será cada vez mais no futuro - um produtor de ouro de importância mundial. Ele será responsável por quase 2/3 da produção nacional prevista para este ano, de 40 toneladas, recorde na história recente desse minério no país. Em 1979 a produção atingiu apenas 4,3 toneladas.

Embora pareça exagerada, não é delirante a meta de 100 toneladas a ser atingida nos próximos anos. Ela pode ser alcançada através de mais recursos em pesquisa, investimentos em infra-estrutura e controle mais rígido e eficiente por parte do governo. Mas qual o preço pago pela decuplicação da produção de ouro nos últimos cinco anos?

Certamente que, numa contabilidade mais ampla, o preço tem sido extremamente alto. Em vidas humanas, em desperdício causado por métodos predatórios, em sonegação e em evasão. Mas também na consolidação de distorções que nos impedem até mesmo de perceber a dimensão da atividade aurífera. Ela já é a mais importante da economia paraense: os que se dedicam à extração do ouro geram o produto setorial de maior relevo; Serra Pelada é, de longe, a principal empresa da região amazônica.

O Estado, porém, está de costas para esse setor em febril expansão. Em termos fiscais, com um IUM (Imposto Único sobre Minerais) de apenas 1%, o ouro tem pouca expressão. Politicamente, a atividade está completamente fora do controle administrativo estadual, que sequer constituiu uma empresa (departamento, autarquia ou seja lá que forma tenha) para atuar diretamente na área mineral. O ouro depositado nas entranhas da terra paraense está sempre de passagem pelo seu território. Deixa poucos resultados. Se os depósitos forem extensos como se imagina, o paradoxo sobreviverá muito tempo. Se houver menos ouro do que se fala, as referências a esta fantástica riqueza serão efêmeras. Em qualquer dos casos, o ouro terá passado diante das nossas janelas sem provocar mais do que o olhar melancólico de Carolinas passivas, como na música de Chico Buarque de Holanda.

Quem estabelece as diretrizes é o governo federal, impondo-as sem o mínimo de consulta e o mais elementar debate acerca de sua justiça. O governo anuncia suas decisões quando elas já estão tomadas e não se dá ao trabalho de explicar as motivações, as razões que as determinaram. Ciente do seu poder normativo em matéria de subsolo, age sem prestar contas, ignorando a sociedade local.

Embora alguns setores da administração federal tenham de fato contribuído significativamente para aperfeiçoar o setor e melhorar a produção de ouro, retirando-o - ao menos parcialmente - do submundo do contrabando para as luzes da atividade razoavelmente regular, certas autoridades agem açodadamente, com o discernimento de macacos em loja de louça. Estimulam assim a lei da selva que ainda rege boa parte das relações nos garimpos, as principais fontes de produção de ouro.

Mas o ministro Cesar Cals anunciou anteontem, em Santarém, que pretende modificar esta situação dentro de quatro anos, a fim de que "o grosso da produção aurífera esteja a cargo das empresas e a garimpagem seja, então, residual". Trata-se de uma decisão delicada e difícil. Para chegar a ela, o governo deveria ter realizado um completo levantamento sobre os garimpos e sobre as vantagens na adoção da exploração empresarial, em condições que realmente atendam os interesses nacionais. Fez esse levantamento? O ministro não explicou. E, ao que parece, não lhe perguntaram. Mas deviam.

Quando o ministro diz que 32 das 40 toneladas de ouro a serem produzidas neste ano virão dos garimpos está exigindo uma reflexão sobre o significado desses números. A preços de hoje, geram uma renda de aproximadamente 450 bilhões de cruzeiros. Dividida por 150 mil garimpeiros, daria a renda "per capita" de três milhões de cruzeiros, transformando o garimpo no melhor empreendimento do país, o mais próximo dos objetivos de justiça social que se pretende atingir na economia.

Na verdade, não há essa equanimidade. Os garimpos continuam sendo locais degradados e os garimpeiros são as vítimas de uma atividade sem futuro. Isso não quer dizer, no entanto, que o garimpo deva merecer pura e simplesmente a condenação para que em seu lugar se estabeleça a lavra mecanizada. Pode o ministro, peremptoriamente, dizer que vai promover no quadriênio a substituição dos garimpos por empresas sem examinar atentamente cada garimpo e avaliar cada empresa? Há garimpos e garimpos, empresas e empresas. Sem essa substância real, uma política generalizante pode acabar desservindo à Nação, sob o pretexto de servi-la.

O governo limitou as suas possibilidades de intervenção em garimpos ao que existe em Serra Pelada. Mas o que lá se fez é ainda muito pouco diante das possibilidades ainda em aberto para uma nova organização do garimpo, que utilize certas características especiais desse tipo de empreendimento (de retorno rápido para pouca exigência de capital e com tecnologia de fácil acesso) e tente eliminar as que são nocivas, principalmente a intermediação e o agenciamento. Este modelo não é praticado em nenhum garimpo e pode ser fantasista, mas jamais alguém tentou aplicá-lo. Prefere-se logo a alternativa imediata, a empresa, sem igualmente confrontá-la com os interesses nacionais.